

A (Re)existência do campesinato na Horta Comunitária de Minaçu – Goiás

Edson Batista da Silva

Da Universidade Estadual de Goiás - Campus Itapuranga – Brasil
edson_bat_silva@hotmail.com

Habaiil Santos Silva

Da Universidade Estadual de Goiás - Campus Minaçu – Brasil
habaiil_bia@hotmail.com

Resumo: Este artigo tem o objetivo de analisar a horta Comunitária de Minaçu - Goiás como resultado da (Re) existência do campesinato. Para atingi-lo foram realizadas pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, com aplicação de entrevistas estruturadas, observação direta a campo. Os resultados apontam que houve diminuição significativa no quantitativo de famílias horticultoras. Do montante de sessenta e cinco que iniciaram as atividades na horta, restam somente trinta e cinco famílias. A desistência vincula-se as dificuldades para a realização do cultivo, devido à precariedade da política pública do Estado. A permanência delas na atividade explica-se pela identidade territorial camponesa, estruturada nos elementos terra-trabalho-família, assim como pela permanência do conhecimento camponês constituído na construção da agricultura, por meio do processo de co-evolução.

Palavras-chave: Horta comunitária. Campesinato. Identidade territorial camponesa. (Re)existência.

Introdução

Este artigo é resultado de uma pesquisa desenvolvida na Universidade Estadual de Goiás, campus Minaçu. Ela parte do pressuposto teórico-metodológico de que a permanência do campesinato no capitalismo acontece não apenas pelas necessidades reprodução ampliada do capital, mas tal como declara Vergés (2011), pela luta desse sujeito social contra a proletarianização. Neste enfrentamento a cultura assume dimensão política, torna-se uma (re) existência. Como declaram Mendonça & Pelá (2010, p. 54): “[...] um processo de permanência, modificada por uma ação política que si firma nos elementos socioculturais. Significa re-enraizar para continuar enraizado ou poder criar novas raízes e mescla-las com as já existentes, formatando espacialidades. [...]”

A questão central da pesquisa foi entender até que ponto a Horta Comunitária da cidade de Minaçu-Goiás representa a (re) existência do campesinato contra a proletarianização? O objetivo foi analisar a Horta Comunitária como resultado da (re)existência do campesinato, com a construção de uma espacialidade camponesa no espaço intra-urbano de município. Para

isso se procedeu à pesquisa bibliográfica, com o levantamento, a leitura e o fichamento de referências, tais como: Vergés (2011), Woortmann (1990), Santos (1984), Wanderley (2015), Guzmán & Molina (2005), entre outros.

Também se realizou pesquisa de campo, com a elaboração de formulário prévio, para aplicação de entrevista estruturada. Foram entrevistadas dezoito famílias camponesas horticultoras, além do coordenador do projeto da Horta Comunitária. Também se realizou observação direta a campo, com registro de impressões em caderneta de campo e imagens em máquina fotográfica. As informações e dados da pesquisa foram tabulados e apresentados em relatos orais, fotos, mapas e no próprio corpo do texto.

Na apresentação das falas, os interlocutores não foram mencionados com seus nomes verdadeiros. Adotou-se nomes fictícios, tendo em vista preservar a integridade dos entrevistados. As declarações foram expostas, porque obtivemos autorização dos participantes. O artigo está dividido em três partes, na primeira a discussão se verte para o conceito de Campesinato. Na segunda o debate se vincula a identidade territorial camponesa, enquanto na terceira a análise se concentra na Horta Comunitária de Minaçu como materialização da (re) existência do campesinato contra a proletarização. Desse modo, nas próximas páginas será debatido o conceito de campesinato.

Porque ainda falar de camponeses?

Segundo Wanderley (2015), em 1990, no bojo das políticas neoliberais do Banco Mundial para a América Latina, fortaleceu-se a categoria operacional de agricultor familiar como forma de diluição histórico-política do conceito de campesinato. Abramovay (1992), por exemplo, entende o agricultor familiar como um profissional da agricultura, fruto da metamorfose do campesinato. Para o autor, este “novo” sujeito social negaria os traços selvagens, rudes e atrasados do camponês. Numa espécie de “amnésia” coletiva os camponeses teriam apagado sua identidade cultural, renascido com nova visão de mundo, sobretudo de cunho econômico-empresarial. Não haveria mais sentido utilizar o termo campesinato.

De acordo com Wanderley (2015), o intento era vincular agricultor familiar, modernização e agronegócio, com a máxima de que a nova forma de realização do capital na agricultura seria benéfica a todos. Negligenciou-se, com isso, a subalternidade do campesinato inserido no agronegócio e criou-se uma invisibilidade intencional de sua identidade e de sua dimensão política. A autora também declara que os elementos utilizados para definir o agricultor familiar são equivalentes àqueles que caracterizam o campesinato. Isso é notório na

própria lei da agricultura familiar, que considera como agricultor familiar aquele que utiliza de modo predominante a mão-de-obra familiar.

Mas a defesa do fim do campesinato também partiu da leitura marxista ortodoxa. Segundo Guzmán & Molina (2005), essa corrente utilizou-se de uma determinada leitura de Marx (1818-1883), para denominar o camponês como resíduo histórico, mas negligenciou outra análise, notória na carta de Marx destinada a Vera Sassulitch de 1881 (2005). Nela Marx discorre sobre as possibilidades socialistas da comuna rural, inclusive de regeneração da sociedade russa. Também utilizam Kautsky (1998) para validar suas teses de eliminação desse sujeito social com o desenvolvimento do capitalismo. Guzmán & Molina (2005) discordam dessa interpretação, entendem que Kautsky (1998) acreditava na existência de um setor camponês no capitalismo como fonte de acumulação contínua.

Entretanto, as teses do fim do campesinato foram refutadas por Luxemburgo (1985). Ela defendeu a necessidade do capitalismo de formas não capitalistas de produção. Vergés (2011) declara que o campesinato é produto das necessidades de reprodução do capitalismo, sendo explorado por diversos caminhos, seja na comercialização da mercadoria camponesa, seja na compra dos meios de produção, seja na aquisição dos bens de vida, ou na obtenção de empréstimos junto ao capitalista usurário. A tese da recriação camponesa também se sustenta em aspectos políticos. O campesinato é produzido pela luta dos seus membros contra a ação expropriadora do capital (OLIVEIRA, 2007).

Shanin (2005) aproxima-se dessa compreensão, destaca que as contradições do capital levam-no a constituir-se em classe para si, o campesinato existe na consciência e na ação política direta de seus membros. Todavia, há autores que chamam a atenção para a subjetividade do campesinato. Woortmann (1990) afirma que há três categorias culturais para entendê-lo, sendo elas: a terra, a família e o trabalho, dentro dessa tríade há relações de reciprocidade. De acordo com o autor, a terra é vista como patrimônio, escapa ao indivíduo que a ocupa, engloba o trabalho dos mortos e dos vivos. O trabalho transforma a terra em patrimônio, permite o sustento da família. Essa é vista como um valor, constituída por laços de parentesco e não somente por relações face a face.

Segundo Woortmann (1990) o campesinato é constituído por uma ordem moral, que inclui a reciprocidade e os princípios da hierarquia e da honra. A hierarquia significa a centralidade do patriarca nas decisões dos negócios e das atividades de trabalho, enquanto a honra o valida como sujeito honrado, por conseguir garantir o sustento da família com o trabalho na terra. O autor também reafirma a importância da reciprocidade, por meio dela é reproduzido não apenas o roçado, mas a comunidade, a vizinhança e o parentesco.

Santos (1984) apresenta como elementos característicos do campesinato o uso da força de trabalho familiar, as relações de ajuda mútua, o trabalho assalariado e acessório, as formas de socialização camponesa, o domínio de determinados meios de produção, a representação camponesa do trabalho, dentre outros elementos. Enquanto Guzmán & Molina (2005), numa compreensão renovada, defendem que o campesinato é mais do que uma categoria histórica, se constitui numa forma própria de manejar os recursos naturais, os agroecossistemas locais, dotado de um conhecimento próprio sobre o seu entorno, condicionado pelo nível tecnológico.

Guzmán (2001) destaca que os camponeses possuem acervo cultural de saberes, que permite a construção de formas de produção agropecuária e a leitura de indicadores naturais oferecidos pelos ecossistemas. No trabalho ainda se fala de camponeses porque acredita-se que eles existem, tanto pelas necessidades de reprodução ampliada do capital, quanto pela (re) existência da identidade cultural camponesa. No próximo item realiza-se a discussão da identidade territorial camponesa como possibilidade de construção da (re) existência do campesinato da Horta Comunitária de Minaçu.

A Identidade Territorial Camponesa

Antes de destacar a identidade territorial camponesa é importante “*dois dedos de prosa*” sobre o conceito de identidade. Segundo Hall (1997), Castells (1999) e Almeida (2009), na contemporaneidade a identidade é dinâmica, fragmentada, contraditória, múltipla. Do mesmo modo, pode transformar-se em identidade de resistência frente às contradições produzidas pelo capital, momento que a cultura assume dimensão política. Giménez (2009) ao apontá-la como lado subjetivo da cultura, parte da existência de identidades coletivas e individuais. Quanto à identidade coletiva, afirma que ela é relacional, apresenta-se em contextos de interação e comunicação, tem um núcleo simbólico-cultural que liga os membros do grupo uns aos outros, forma-se na relação dialética com as identidades individuais, na proximidade espacial e é pré-requisito para ação.

Para Giménez (2009) as identidades sobrevivem pelas assimilações e permanências. Como o interesse é apontar elementos da identidade territorial camponesa que contribui para a existência da Horta Comunitária de Minaçu, dar-se-á maior atenção às identidades coletivas. No que diz respeito a elas Castells (1999) apresenta a seguinte tipologia: identidades legitimadoras, identidades de projeto e identidades de resistência. A última trata-se daquela criada por sujeitos em condições desvalorizadas, estigmatizadas, que criam trincheiras de resistência e sobrevivência. Afirma-se que a identidade camponesa existe, o campesinato é um

gato de sete vidas, sobreviveu a diversos sistemas de produção, em todos eles sofreu mudanças. Mas essas transformações não apagaram os elementos que constitui sua identidade.

Almeida (2006), por exemplo, defende a permanência dos elementos indenitários camponeses. Persistem determinadas práticas culturais camponesas, como: a reciprocidade, as relações de ajuda mútua, o conhecimento intergeracional, a policultura, a sociabilidade camponesa, a socialização camponesa, dentre outras características. A autora também destaca que há um *habitus* de classe do campesinato, um *modus operandi* frente à realidade. Acredita-se na existência de uma identidade camponesa coletiva, construída na relação dialética com as identidades individuais e com as formas indenitárias de outros sujeitos.

Parafrazeando Hall (1997), a identidade camponesa é parte das relações de poder, ser camponês é assumir uma identidade coletiva de (re) existência. Os camponeses constroem seus espaços de (re)existência ao ver sua reprodução social ameaçada. Mesmo que não exista uma identidade camponesa pura, estável, única, pois combina novas e velhas práticas, isto não significa que ela deixa de existir. Para si concretizar não escapa a luta contra o sistema capitalista, porque está condicionada a estar na terra. Esse aspecto é importante para a identidade territorial camponesa. O conceito destacado é pensado por Haesbaert (2007, p. 44):

Assim no que estamos denominando aqui de identidades territoriais, escolhem-se (ou, concomitantemente, reconstroem) espaços e tempos, geografias e histórias para moldar uma identidade, de modo que os habitantes de um determinado território se reconhecem de alguma forma, como participantes de um espaço e de uma sociedade comuns.

Conforme Haesbaert (2007), a identidade territorial efetiva-se num espaço referencial, que assume caráter central de identificação do grupo. Entendimento similar tem Cruz (2007), que defende como os dois elementos fundamentais da identidade territorial o espaço de referência indenitária e a consciência social de pertencimento. A Horta Comunitária pode ser o *locus* de construção da identidade territorial camponesa transformada, dinâmica e principalmente de (re)existência. Urge reconhecer que a identidade territorial camponesa contém conjunto de saberes e práticas acumuladas, que é realimentado cotidianamente pelas relações que o campesinato estabelece com outros grupos, entre si e com a própria terra. Isso é fundamental para pensar outras formas de uso e apropriação do espaço.

A Horta Comunitária como espaço de (Re) existência Camponesa

Na Figura 1 pode-se observar a localização da Horta Comunitária de Minaçu situada no setor Marajoara. De acordo com informações obtidas com seu coordenador, o projeto foi iniciado no ano de 1991, no mandato do ex-prefeito de Minaçu Chico Rocha, foi projetado para

atender a população precarizada, em torno de sessenta famílias, num espaço de seiscentos metros quadrados, divididos em 10 metros por família. Todas as famílias da horta tem origem camponesa.

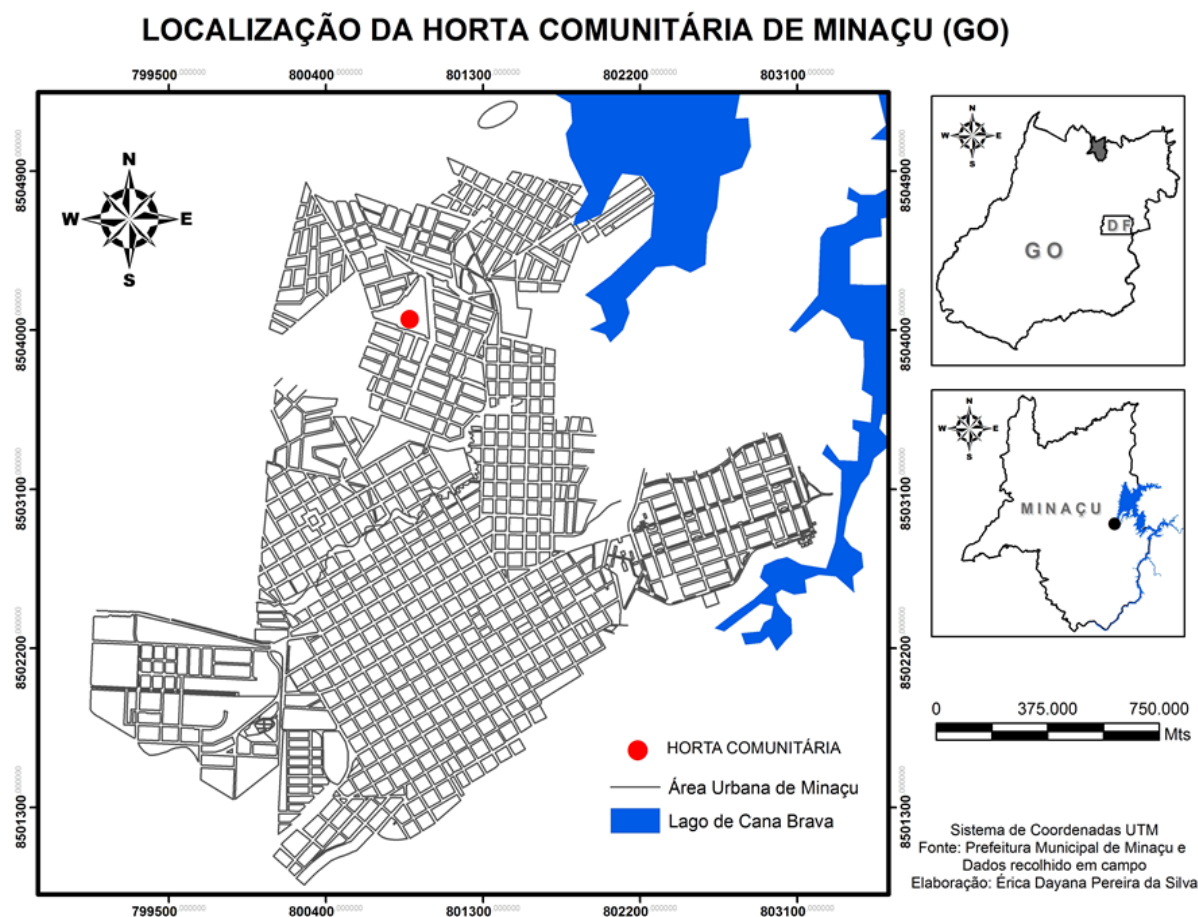


Figura 1- Minaçu- Localização da Horta Comunitária.

Fonte: FREITAS, Adwiusley Diogo Alves de, 2011.

A expulsão, com a migração campo-cidade relaciona-se à construção das Usinas Hidrelétricas de Serra da Mesa e Cana Brava. Mesquita (2009) destaca que com o negócio da água, os camponeses que sucumbiram à modernização conservadora sofreram uma segunda expropriação, com a expulsão dos fundos de vale. No relato da Sr.^a Maria, nota-se que os empreendimentos hidroenérgicos impuseram as famílias horticultoras à alternativa da estrada:

Quando eu mudei da roça para cidade eu tinha oito anos. Nós morava num sítio que foi inundado com a construção da barragem da Serra da Mesa. Aí eu e meu pai e minha mãe mudamos pra cidade. E meu pai comprou uma casa aqui. Aí desde então só morei na cidade, mais eu gosto de prantá. Aí quando soube que poderia plantar na horta achei bom demais.

A efêmera permanência no campo permitiu à interlocutora a formação de hábitos, práticas e vínculo com a terra. O coordenador afirmou que as famílias inicialmente receberam sementes, esterco de origem animal e um caminhão foi disponibilizado para o transporte de adubos e da produção olericultora. Também contaram com o apoio do SEBRAE- Assistência Técnica do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

No decorrer dos anos o número de famílias participantes do projeto reduziu. Conforme os interlocutores ouvidos, a diminuição vincula-se às dificuldades de obtenção de adubos e sementes, assim como a ausência de transporte para o deslocamento do adubo doado. Associado à precariedade das políticas públicas destinadas a agricultura camponesa, como aquelas referentes à assistência técnica e o financiamento. Delgado (2013) afirma que a política pública destinada ao campesinato é desarticulada, o que promove o aprofundamento dos interesses do agronegócio. Wanderley (2015) destaca que ela desconsidera a identidade camponesa.

A reprodução do campesinato é fragilizada e realiza-se pela identidade territorial camponesa, expressa na (re)existência do conhecimento camponês. Ele é retomado na recomposição da fertilidade do solo, no manejo dos cultivos, nas técnicas de plantio. A materialização da identidade territorial camponesa é perceptível na adoção do princípio da reciprocidade, manifestado por exemplo nas trocas de mudas de hortaliças para o plantio. Segundo a Sr.^a Maria Eugenia:

Nóis faíz troca de muda de pranta. Tipo chegá o tempo de prantá de novo depois da chuva. Aí eu tenho a muda e meu confrontante não tem a muda. Aí eu pego do meu e dou pra ele prantá. Se eu não tenho alguma que ele tem, aí ele me dá também, para que todo mundo tenha um prantio bão.

De acordo com Woortmann (1990), o princípio de dar e receber possibilita a produção do alimento. A Horta Comunitária fortalece laços de afeto e solidariedade. A reciprocidade também manifesta-se nas práticas de trabalho coletivo camponês como na troca de dias. Elas são executadas, por exemplo, no caso de doenças ou viagens de algum dos membros da horta, o que os impede de cuidar das áreas cultivadas. Conforme a Sr.^a Marta:

Eu procuro sempre tá ajudano. Sempre que alguém precisa viajar pra a casa dos fio, ou fica duente, e precisá ir fazer tratamento em Goiânia e pede pra eu aguar, eu águo até ele volta. Porque hoje ele tá precisano, amanhã pode ser eu que posso precisá. Amanhã, agente que tá véi, não pode contá com a saúde mais. Só Deus mesmo pá cuida de nós.

Para os horticultores o trabalho é central na reprodução da família e na realização como sujeitos sociais. Do “suor”, da “lida” na terra garantem a produção para autoconsumo. Como declara Woortmann (1990), há uma ordem moral que media a relação dos camponeses com

outros sujeitos sociais. É o trabalho que garante a honra e a moral do homem. De acordo com o Sr.º Geraldo:

A minha família é tudo pra mim, quero dá o melhô que eu pude pra eis. Mas que seja do meu suor. Graças a Deus nunca robei nada de ninguém. Nunca passei a perna, né? Ninguém dos meus fio também nunca robô. Eis num gosta de trabanha aqui. Mas trabanha em oficina de bicicleta e tá estudando pra ter uma profissão mio. E eu procurei trabanha né, pá tê o de cume. Que Deus mesmo fala né, que se num trabanha num come né. E assim que eu procuro viver em paiz com minha cabeça.

A socialização camponesa também manifesta-se na identidade territorial dos horticultores da Horta Comunitária de Minaçu. Por meio dela gerações mais velhas ensinam as mais jovens a prática de plantar, manejar e colher a lavoura. Tal prática é fundamental a reprodução do conhecimento camponês, nestes termos declara o Sr. Sebastião:

Meus fio gosta que eu pranto o de cumê. Mas num gosta de prantá. É muito difícil eles me ajudá. Arguma vez que eles aguá as pranta pra mim. Só quando num tem jeito memo, quando eu fico doente e quando eu viajo. Mas eu ensino eles prantá. Num pranta porque não que mesmo, num gosta né.

As novas gerações tem a identidade transformada pelo contato e as imposições do modo de vida urbano. Possuem uma identidade fragmentada, dinâmica e contraditória. Como declara Giménez (2009), apresenta traços de assimilações e permanências. Mas outros elementos explicam a negação das gerações mais jovens ao trabalho dos pais, tais como: o trabalho penoso e a melhor remuneração do trabalho urbano. Há uma baixa remuneração do trabalho camponês. Pode-se destacar, a título de exemplo, o preço simbólico recebido pelas mercadorias oferecidas no mercado.

Por exemplo, por três pés de alface os horticultores recebem o valor de R\$4,00. Como destaca Vergés (2011), a apropriação do trabalho camponês materializa-se no momento de realização da mercadoria. Eles vendem pelo custo de produção, o que inviabiliza a reprodução da família, aumenta a penosidade do trabalho e amplia a eliminação histórica dos *agri-cultores*, aqueles que carregam saberes e práticas do cultivo de alimentos. Diferente do capitalista no campo que obtém o lucro médio. A Sr.ª Jéssica, filha de agricultores menciona:

Atualmente eu trabalho em um escritório de advocacia como secretaria. Eu fui criada na fazenda, mas não gosto mais de morar em fazenda, pois lá sofríamos muito. Prefiro morar na cidade e ter um trabalho em que posso contar com um salário fixo ao fim do mês. É mais rentável, agricultura nos dias atuais é bom apenas para quem tem dinheiro para investir. Ter um campo grande de soja, por exemplo.

A Horta Comunitária de Minaçu representa o espaço de materialização da identidade territorial camponesa. Nela manifesta-se o que Almeida (2006) denomina de *habitus* de classe do campesinato. Há uma reciprocidade com a terra, uma troca mediada pelo trabalho, que garante o alimento e parte da reprodução da família. Nesse processo o conhecimento camponês,

constituído no aprender/fazendo, no ouvir é central para o cultivo realizado. A horta constitui-se a representação do fim dado ao campesinato desterrado brasileiro. O Sr.º Teixeira destaca:

Ah!!! Quando eu tô aqui plantando eu me esqueço das dificuldade. Fico lembrando de quando eu morava na roça. De quando meu pai era vivo, que ensinava eu e meus irmão a cuida da terra. Que é muito importante cuida dela para ela cuida de nós. Pois sem ela agente não vive. Num é verdade? Daqui que eu tiro a mistura¹ lá de casa. O dinheiro para pagá a água, a luz. Eu tô fazendo o que eu sei, o que aprendi com meu pai e gosto né. Então a horta é muito bão pra mim e pra minha famia. Que nós nu tem dinheiro para compra um pedacinho de chão pra nós.

A horta complementa a renda das famílias, concentrada na aposentadoria, que não permite suprir todas as necessidades básicas. A Foto 1 revela os cultivos realizados pelos agricultores na Horta Comunitária de Minaçu, como o plantio de alface. Nela também cultivava-se outras variedades de hortaliças, legumes e espécies frutíferas, como: o agrião, o tomate, a cereja, a couve, a cebolinha, o coentro, a abóbora verde, o quiabo, a pimenta, a goiaba, o limão. A administração municipal fornece somente a água da rede urbana e um poço d'água para abastecer a horta. A água é armazenada em uma caixa, local que os horticultores retiram para regar as plantações. A precariedade das políticas públicas para agricultura camponesa é contrastada com a sustentação político-econômica do agronegócio (TEIXEIRA, 2013). Segundo a Sr.ª Ana Maria:

No começo nós tinha o caminhão para busca esterco. Nós fazia um montão de esterco, amontoava e dava para o ano todo. Mas hoje nós não tem mais. Nós conseguiu duas viage de caminhão no ano passado. Nesse ano nós não conseguiu nada até agora. Nós tá aproveitano o do ano passado que tava nos cantero mesmo.

Foto 1- Minaçu – Horta Comunitária- Canteiros com alface, prontas para o consumo.

¹ Segundo Brandão (1981), para o campesinato “mistura” é a parte que acompanha a comida, sendo o agente modificador da parte principal do alimento, constituído por arroz, feijão e carne, devido a isso tem características de iguaria.



Autora: SILVA, Habiaíl dos Santos. Out. 2014

Na horta também cultiva-se plantas medicinais, como: o poejo, a camomila, etc. Na Foto 2 observa-se o cultivo de hortelã, espécie utilizada na fabricação de chás para resfriados, gripes e outras doenças.

Foto 2- Minaçu – Horta Comunitária – Cultivo da planta medicinal de Hortelã.



Autora: SILVA, Habiaíl dos Santos. Out. 2014

A medicina popular foi tecida pela ausência do Estado nas comunidades “isoladas” do interior brasileiro. A negação do direito à saúde fez com camponeses e outros sujeitos sociais buscassem soluções locais para as patologias que os assolavam. Os horticultores materializam a prática e os saberes da medicina popular na Horta Comunitária. A Sr.^a (a) Isaura explica:

Ah!!! Essa planta aqui é boa para fazer remédio para gripe. Sabe quando a pessoa tá com peito carregado de catarro. Aí ele tira tudo, expulsa tudo pra fora. Se colocá a banha da galinha então é bom demais. É um remedião, o cuento também, é muito bom fazer chá para bebê com cólica.

Há na Horta Comunitária de Minaçu elementos da (re)existência do campesinato, comprovado na característica policultora dos cultivos agrícolas, nos consórcios e rotações utilizados, no desenho e manejo da horta, assim como na reprodução de plantas medicinais como linha de fuga dos medicamentos industrializados. Associado a presença das relações de reciprocidade dos camponeses entre si e com a terra. A Sr.^a Eugenia relata:

Ah!!! meus finho falô: - a mãe vai acabá morrendo nessa horta. Eu falei, num tenho medo nenhum, se eu morre lá morro feliz. Eles fala por causa que tenho problema de coração. Então o médico falô pra eles que a horta é uma terapia pra mim. Se não fosse a horta eu já tinha morrido. O médico num gosta quando eu falo que tomo remédio do mato. Ele fala que num pode. Mas eu nu deixo de tomá não. Minha mãe tomava e num morreu por causa disso. Um chá naturá da pranta cuida na hora e é bão demais. Se eu te falá, eu pranto mas não como. Mais meu filhos gosta. Então eu acho importante tá plantando sempre prá tê uma mistura em casa e tamém porque gosto da horta.

A horta possibilita a reprodução da família concebida como valor. O ato de plantar é mediado pela preocupação com a reprodução dos membros da família. Plantar significa a produção da existência, a reprodução de hábitos indenitários, como a ingestão de chás fabricados pela medicina popular. Os legumes e verduras cultivados também são vendidos à comunidade, que os compram na própria horta. Os horticultores, do mesmo modo, oferecem suas mercadorias aos habitantes do centro urbano de Minaçu, por meio do transporte em “*carinhos de mão*” ou motocicletas adaptadas. Além do que, eles realizam doações a instituições beneficentes, que repassam os alimentos a famílias carentes. A Sr.^a Valéria relata:

Aqui nós vende para os povo que vem aqui compra de nós. Pros amigos de pertinho. Tem gente que sai vendendo na rua de casa em casa, sai oferecendo né. Eu mesmo só vendo aqui. Tem vez que nós dá tamém pra quem vem pedi pra nós. Nós tamém aduamos pra Igreja Católica.

Bem & Almeida (2011) destacam a negação dos camponeses a formalidade do capital industrial, financeiro e comercial, constituído por normas e regras exploratórias. A ação dos camponeses horticultores colocam em relevo formas de resistência a racionalidade hegemônica capitalista. Associado a isso, o ato de comerciar envolve uma moral econômica que se interpõe entre o vendedor e o comprador. O “sujeito honrado” deve ter retidão em suas atitudes, adotar uma ética com aquele que adquire sua mercadoria. No entanto, espera do comprador a retribuição de confiança para solidificação da relação. Desse modo, conta com a reciprocidade no ato de realização da mercadoria. De acordo com o Sr.^o Joaquim:

Ah!!! eu procuro sempre cuidar bem da minha prantação. Se eu num gosto de comprá coisa estragada né. Porque eu vou vende coisa ruim? O dinheiro tá muito difícil pá tê ele. E como fica minha cabeça de tá vendendo uma coisa que eu sei que num presta

pá cume? Num tá gostosa né? E se agente dá um tombo num hoje, amanhã agente leva um maio. Num é verdade moça?

A Horta Comunitária se mantém pela (re)existência dos camponeses horticultores. Os elementos identitários são retomados para produzir a existência precarizada a partir do espaço reduzido de cultivo. Práticas, hábitos, costumes, saberes, conhecimentos resultam na produção da identidade territorial. A horta torna-se um espaço identitário de referência. Parafraseando João Cabral de Melo Neto, no poema: “*Morte e Vida Severina*”, num país de dimensões continentais a Horta Comunitária é a parte que cabe a esses camponeses num país de latifúndios.

Considerações Finais

A Horta Comunitária de Minaçu é um espaço de (re) existência camponesa. Nela o *habitus* de classe do campesinato é retomado. Há processos de permanência, de re-enraizamento da identidade para formar a sua espacialidade. Isso é perceptível na manutenção da reciprocidade dos camponeses com a terra mediado pelo trabalho, na economia moral que se interpõe com os compradores das mercadorias produzidas, na retomada das relações de ajuda mútua. O conhecimento camponês e o hábito de cultivo de plantas medicinais também reafirmam esse processo. A identidade territorial de (re) existência permite uma reprodução social menos precarizada no urbano.

Há uma identidade territorial camponesa de (re) existência, um espaço/tempo reconstruído. Os sujeitos sociais se reconhecem como horticultores. Forma-se relações de trocas de afetos, de trabalho, de espécies de cultivo, de conhecimentos. Mesmo que sejam sujeitos sociais de diferentes lugares, o reconhecimento acontece porque há elementos comuns que os vinculam. A identidade é retomada para se reproduzir como camponeses, pois o poder público invisibiliza esses sujeitos e seus espaços de reprodução social. A análise demonstra que a resiliência do campesinato também vincula-se aos elementos subjetivos. Mesmo com a expropriação, com a condição histórica de desterrado que foi submetido, o campesinato brasileiro não desapareceu.

The (Re)existence of the peasantry in the Community Garden of Minaçu – Goiás – Brazil

Abstract: This article aims to analyze the Community Garden of Minaçu as a result of the (Re)existence of the peasantry. To achieve this, a bibliographic research, field research were carried out, with the application of structured interviews, direct observation in the field. The results indicate that there was a significant decrease in the number of horticultural families. Of the amount of sixty-five that began the activities in the vegetable garden, only thirty-five families remain. The withdrawal is linked to the difficulties to carry out the crop, due to the precariousness of the public policy of the

State. Their permanence in the activity is explained by the peasant territorial identity, structured in the earth-work-family elements, as well as by the permanence of the peasant knowledge constituted in the construction of agriculture, through the process of co-evolution.

Keywords: Community garden. Peasantry. Peasant territorial identity. (Re)existence.

La (re) existencia del campesinado en la Huerta Comunitaria de Minaçu – Goiás - Brasil

Resumen: Este artículo tiene el objetivo de analizar la huerta comunitaria de Minaçu como resultado de la (Re) existencia del campesinado. Para alcanzarlo se realizaron investigaciones bibliográficas, investigación de campo, con aplicación de entrevistas estructuradas, observación directa a campo. Los resultados apuntan que hubo una disminución significativa en el cuantitativo de familias horticultoras. De la cantidad de sesenta cinco que iniciaron las actividades en la huerta, quedan sólo treinta y cinco familias. La desistencia se vincula a las dificultades para la realización del cultivo, debido a la precariedad de la política pública del Estado. La permanencia de ellas en la actividad se explica por la identidad territorial campesina, estructurada en los elementos tierra-trabajo-familia, así como por la permanencia del conocimiento campesino constituido en la construcción de la agricultura, por medio del proceso de co-evolución.

Palabras clave: Horta comunitaria. Campesinado. Identidad territorial campesina. (Re) existencia.

Referências

- ABRAMOVAY Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. Hucitec, 1992. 294 p.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. Diáspora: Viver entre-territórios e entre-culturas? In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). *Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflito*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 175-195.
- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: A luta pela terra e o habitus de classe*. São Paulo: editora UNESP, 2006. 377 p.
- BEM, Anderson; ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de. A Reprodução Camponesa na Contramão da Formalidade do Capital. *Campo-Território: revista de geografia agrária, Uberlândia*, v. 6, n. 11, p. 113-130, fev. 2011.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Plantar, Colher, Comer*. Rio de Janeiro: Graal, 1981, 181 p.
- CASTELLS, Manoel. Paraísos Comuns: identidade e significado na sociedade em rede. In: _____. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 21-43.
- CRUZ, Valter do Carmo. Itinerários teóricos sobre a relação entre território e identidade. In: BEZERRA, A. C. A.; GONÇALVES, C. U.; NASCIMENTO, F. R. do; ARRAIS, T. A. (org.). **Itinerários geográficos**. Niterói: Ed UFF, 2007. p. 13-35.
- DELGADO, Guilherme Costa. Economia do agronegócio (2000) como pacto de poder com os donos da terra. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*. São Paulo, v. 01, n. 01, p. 60-68. Jul./ 2013.

GIMENÉZ, Gilberto. Materiales para una teoría de las identidades sociales. In:_____. *Identidades sociales*. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes; Instituto Mexiquense de Cultura, 2009, p. 25-51.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentavel*. Porto Alegre, v. 02, n 01, p. 35-45 Jan./Mar. 2001.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González de. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 96 p.

Haesbaert, Rogério. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural a essencialização das identidades). In: ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de (orgs.) et al. *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Acess, 2007, p. 33-56.

HALL, Stuart. A identidade em questão. In:_____. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Tradução Tomaz T. da SILVA e Guacira L. Louro. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 1997. p. 7-23.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998. 586 p.

LUXEMBURGO, Rosa. *A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. (Tradução de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Mass). São Paulo: Nova Cultural, 1985. 415 p.

MARX, Karl. Rascunhos da Carta à Vera Sassulitch de 1881. (Tradução de Edgard Malagodi e Rogério Silva Bezerra). *Raízes*, Campina Grande, v. 22, n. 02, 110-123 p, jul. /dez. 2005.

MENDONÇA, Marcelo; PELÁ, Márcia. Cerrado Goiano: Encruzilhada de tempos e territórios em disputa. In: CASTILHO, Denis; PELÁ, Márcia (orgs.). **Cerrados: Perspectivas e olhares**. Goiânia: Vieira, 2010. p. 51-69.

MESQUITA, Helena Angélica. Onde Estão as flores, as cores, os odores, os saberes e os sabores do Cerrado brasileiro? O Agro/hidronegócio comeu! *Revista Terra Livre*, São Paulo, v. 02, n. 33, p. 17-30, Jul./Dez. 2009.

SANTOS, Jose Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho*. São Paulo: Hucitec, 1984. 182 p.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações- o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista Nera*, Presidente Prudente, v.01, n. 07, p. 0-21, jul./dez 2005.

TEIXEIRA, Gerson. A sustentação política e econômica do agronegócio no Brasil. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*. Edição Especial. São Paulo, v.01, n.01, p. 13-30. Jul./13.

VERGÉS, Armando Bartra. *Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo*. (Tradução de Maria Angélica Pandolfi). São Paulo: Cultura Acadêmica; Catédra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011. 339 p.

WANDERLEY, Maria de N. Baudel. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. *Revista de economia e sociologia rural*. Piracicaba, v. 52, n. 01, p. 25-44. Fev. 2015.

WOORTMANN, Klass. Com parente não se neguecia. – O campesinato como ordem Moral. *Anuário Antropológico*. Brasília, v.01, n.01, p. 01-71, 1990.

Sobre os autores

Edson Silva Batista - Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Professor da Universidade Estadual de Goiás, Campus Itapuranga.

Habiaíl Santos Silva - Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás. Docente da Secretaria Municipal de Educação de Minaçu.

Recebido para avaliação em outubro de 2018

Aceito para publicação em maio de 2019